

# VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



### Clima e Mudanças Climáticas: Desafios Jurídicos e Sustentabilidade no Brasil

#### Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

#### Introdução

O clima corresponde ao conjunto de condições atmosféricas médias de uma determinada região, sendo influenciado por fatores como latitude, relevo, altitude e massas de ar. Sua compreensão é essencial para a análise dos impactos ambientais e sociais decorrentes das alterações climáticas. No cenário contemporâneo, as mudanças climáticas intensificadas pela ação humana têm provocado eventos extremos, afetando ecossistemas, economias e populações vulneráveis. Nesse contexto, o debate jurídico ganha relevância, especialmente diante dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como no Acordo de Paris, exigindo a construção de mecanismos normativos eficazes para enfrentamento da crise climática.

#### Objetivo

Analisar o conceito de clima e as mudanças climáticas sob a perspectiva jurídica, destacando a necessidade de implementação de políticas públicas eficazes e alinhadas aos compromissos internacionais.

#### Material e Métodos

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com base em doutrinas de Direito Ambiental, legislações nacionais e acordos internacionais relacionados às mudanças climáticas. Foram analisados dispositivos normativos, especialmente aqueles vinculados ao Acordo de Paris, bem como produções acadêmicas relevantes sobre governança climática. A abordagem adotada é qualitativa, com método dedutivo, visando compreender a relação entre fenômenos climáticos e a necessidade de regulação jurídica eficaz no contexto brasileiro.

#### Resultados e Discussão

Os resultados indicam que as mudanças climáticas representam um dos principais desafios contemporâneos, exigindo respostas jurídicas estruturadas e eficazes. Observa-se que o Brasil possui instrumentos normativos relevantes, porém ainda enfrenta dificuldades na implementação e fiscalização das políticas climáticas. A análise evidencia a necessidade de fortalecimento da governança ambiental, com maior atuação estatal e controle jurisdicional. Além disso, destaca-se a importância da justiça climática, considerando os impactos desiguais sobre populações vulneráveis. O alinhamento entre normas internas e compromissos internacionais mostra-se fundamental para garantir efetividade na proteção ambiental.

#### Conclusão

Anais do VII Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2026. Anais [...].

Londrina Editora Científica, 2026. ISBN: 978-65-02-00295-7

# VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



Conclui-se que o enfrentamento das mudanças climáticas exige não apenas avanços normativos, mas também efetiva aplicação das políticas públicas. O Direito desempenha papel essencial na promoção da sustentabilidade e na garantia da justiça climática.

### Referências

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

ONU. Acordo de Paris, 2015.

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente.

IPCC. Relatórios sobre mudanças climáticas.